

CARTA DA INDÚSTRIA

Ano XVI nº 711

30 de outubro a 12 de novembro de 2015



SEGURANÇA HÍDRICA

SISTEMA FIRJAN APRESENTA PROPOSTAS PARA EVITAR CRISE DE ABASTECIMENTO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO



Sistema FIRJAN | www.firjan.com.br

Sistema
FIRJAN



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

AGENDA PRIORITÁRIA DA INDÚSTRIA SUBSIDIA DISCUSSÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ESTADUAL

O Sistema FIRJAN apresentou uma agenda prioritária da indústria em Audiência Pública Conjunta das Comissões de Orçamento e de Tributação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). A fim de subsidiar as discussões sobre a Lei Orçamentária Estadual, Guilherme Mercês, gerente de Ambiente de Negócios e Infraestrutura da FIRJAN, defendeu a extensão do prazo de recolhimento do ICMS fluminense, o quinto menor do país.

Atualmente, o imposto é pago em 25 dias, e o recebimento pela venda só acontece após 55 dias. “Isso faz com que o empresário tenha que pagar o ICMS muito antes de receber pela venda, tirando a competitividade da nossa indústria”, afirmou.

Mercês também alertou para os excessos na aplicação da substituição tributária, que antecipa a cobrança do ICMS para quando o produto sai da indústria ou do

distribuidor. “Era um mecanismo de exceção, que vem sendo transformado em regra”, disse.

Foram abordados ainda o piso salarial, que este ano já supera o salário mínimo em 21%, e a alta carga tributária para a indústria de transformação, equivalente a 45% do PIB. A reunião, mediada pelo Fórum de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro, aconteceu em 14 de outubro, no Conselho Regional de Contabilidade.

VITÓRIA EM DECISÃO DO TJ/RJ SOBRE VASILHAMES RETORNÁVEIS

O Sistema FIRJAN obteve vitória junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ/RJ), que julgou inconstitucional a Lei nº 6.690/2014, responsável por regulamentar a comercialização de água mineral em vasilhames retornáveis. A norma exigia que empresas colocassem a marca da fonte envasadora serigrafada nos recipientes de 10 a 20 litros vendidos no estado do Rio. A multa, em caso de descumprimento da regra, era de 5 mil UFIRs (Unidades Fiscais de Referência), além da possibilidade de interdição do estabelecimento e apreensão de mercadorias. Por entender que a lei colocou as indústrias fluminenses em desvantagem em relação àquelas localizadas em outros estados, a FIRJAN entrou com uma Representação de Inconstitucionalidade no TJ/RJ. No entendimento da Federação, a medida, além de aumentar os custos

para as empresas, poderia impactar o preço cobrado ao consumidor. O julgamento ocorreu em 5 de outubro.



ENCONTRO APRESENTA CASES DE GESTÃO DE ÁGUA E ENERGIA NA INDÚSTRIA

O Sistema FIRJAN promoverá, em 26 de novembro, o Encontro Gestão Eficiente de Água e Energia. O objetivo é debater soluções inteligentes para os desafios que envolvem esses temas a partir da interação entre empresas, instituições públicas, e universidades.

Casos de sucesso de grandes organizações serão apresentados. A PSA Peugeot Citroën falará sobre sua experiência em eficiência energética. Já a Saint-Gobain

Canalização, detalhará seu método de gerenciamento eficiente da água. A iniciativa encerra o 3º Ciclo de Palestras sobre Gestão Ambiental para Micro e Pequenas Empresas, promovido pela Federação, que percorreu as Representações Regionais FIRJAN/CIRJ de todo o estado.

O evento acontecerá na sede da FIRJAN. As inscrições podem ser feitas pelos telefones 0800 0231 231 ou 4002 0231.

A garantia do abastecimento de energia a custos mais baixos e a reavaliação do risco hidrológico das usinas hidrelétricas estão entre os principais desafios do setor de energia elétrica brasileiro. A avaliação é de **Luiz Eduardo Barata**, secretário executivo do Ministério de Minas e Energia (MME). Em entrevista à Carta da Indústria, Barata fala sobre as estratégias do governo para atingir esses objetivos e as perspectivas para os próximos anos. O secretário participou da reunião do Conselho Empresarial de Energia Elétrica do Sistema FIRJAN.



Antonio Bataiha

NOVOS DESAFIOS DO SETOR ELÉTRICO

CARTA DA INDÚSTRIA – Quais são as ações prioritárias do MME para o setor de energia elétrica para os próximos dois anos?

LUIZ EDUARDO BARATA – Nossa prioridade é garantir o suprimento de energia a níveis melhores em termos de preço e de economia. Em segundo lugar é solucionar o chamado problema do GSF (*Generating Scaling Factor*, déficit hídrico das geradoras). Hoje, a proposta que nós fizemos por meio de uma medida provisória (MP 688/15) se desdobra em um equacionamento pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Dessa forma, a expectativa é que possamos retornar à normalidade do setor, perturbado por um conjunto de ações judiciais. A proposta elaborada pelo governo, com a participação da agência reguladora e das empresas geradoras, objetiva solucionar o problema do GSF.

CI – Quais estratégias o ministério tem adotado para evitar o risco de desabastecimento de energia?

LEB – Fazemos um acompanhamento permanente e diário a partir das informações que recebemos do Operador Nacional do Sistema (ONS), que nos dá tranquilidade de continuar esse ciclo anual. Há grandes chances de que não tenhamos problema de fornecimento no verão. Essa segurança será

garantida por um conjunto de obras do setor elétrico que serão entregues em breve, com previsão de entrar em operação a partir de novembro. A expectativa é de que não tenhamos problemas no ano que vem.

CI – Que outros desafios identifica para o setor?

LEB – O outro desafio é assegurar a redução de tarifa. Para que isso aconteça é preciso que nós tenhamos bons resultados nos leilões de energia que faremos. Para os próximos anos, nossa expectativa é substituir usinas térmicas que hoje têm custo variável unitário alto por outras com custo mais baixo. O nosso parque, que no passado era absolutamente hídrico, agora é hidrotérmico, com a presença também de outras fontes, em especial a eólica. E é justamente a utilização dessas térmicas caras que tem aumentado o custo da tarifa. Então, substituí-las por outras mais baratas é a chave da questão para ter preços mais baixos na energia no Brasil. O processo de contratação dessas térmicas, especialmente a gás e eventualmente a carvão, é o que vai fazer com que haja barateamento. Outro fator que irá contribuir para isso é a entrada das usinas de Belo Monte, que passam a operar a partir de 2016, e, já em 2015, a entrada de Teles Pires. Com isso, a expectativa é que no próximo ano haja queda no preço das tarifas.

SENAI ASSINA CONVÊNIO COM SEBRAE PARA BENEFICIAR MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O Sistema FIRJAN firmou uma importante parceria para beneficiar as micro e pequenas indústrias do estado do Rio. Um convênio entre SENAI e Sebrae/RJ garantirá assessoria técnica gratuita para 40 empresas que desejem concorrer em editais de inovação. Anderson Rossi, gerente de Inovação e Desenvolvimento Empresarial da Federação, destacou que a iniciativa visa aumentar o interesse e capacitar as organizações para a formulação de projetos inovadores.

“O objetivo é que as empresas consigam ter boas ideias e esse convênio possa viabilizá-las para que sejam aprovadas. Estamos nos articulando para apoiar as organizações e suas demandas na identificação de suas melhores fontes de fomento, permitindo que inovem com menos riscos e maior assertividade”, explicou Rossi. Podem se inscrever no programa as empresas de micro e pequeno porte associadas à FIRJAN. A cooperação, com vigência de 12 meses, prevê 30 horas de atendimento gratuito com consultores do Sebrae para a elaboração de projetos que serão submetidos a editais de fomento, incluindo o Edital SENAI SESI de Inovação.

A assinatura do convênio foi realizada na abertura da 12ª Semana Sebrae de Tecnologia e Inovação. Cezar Vasquez, diretor superintendente do Sebrae/RJ, ressaltou a importância de fortalecer as empresas fluminenses nesse momento de retração da economia. “Todos nós estamos



Guarim de Lorena

Cezar Vasquez, do Sebrae/RJ; Franklin Coelho, secretário municipal de Ciência e Tecnologia; Anderson Rossi, da FIRJAN, e Armando Clemente, diretor do Sebrae/RJ

vivendo uma situação difícil. Mas temos o compromisso de continuar nosso trabalho. Essa parceria com o SENAI foi mais um passo para ajudar as empresas a superar as adversidades. Será um grande sucesso”, afirmou Vasquez.

PROGRAMAÇÃO TECNOLÓGICA

O Sistema FIRJAN também esteve presente em diversas atividades durante o evento, que integrou a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. No painel “Inovação Aberta: Como Superar Desafios”, Rossi falou sobre como esse modelo ajuda a acelerar o desenvolvimento de novas tecnologias. “As empresas ganham mais ao trabalhar em cooperação com instituições e universidades, pois ampliam seu leque de parcerias, gastando menos e reduzindo riscos”, disse o gerente de Inovação.

Também houve palestras temáticas das clínicas tecnológicas, em que o Sistema FIRJAN apresentou o conteúdo dos Institutos SENAI de Tecnologia (ISTs). A programação incluiu painéis com especialistas do IST Alimentos e Bebidas, que falaram sobre o processo de produção das cervejas especiais. Técnicos do IST Ambiental tiraram dúvidas dos empresários sobre as normas técnicas referentes ao tema. Já os representantes do IST Automação e Simulação explicaram aos empreendedores como ter melhorias em automação.

O evento aconteceu de 19 a 23 de outubro, no Centro de Convenções SulAmérica. Para mais informações sobre como obter a consultoria oferecida pelo SENAI e Sebrae, entre em contato com a Diretoria de Inovação da FIRJAN pelo telefone (21) 2563 5851.

RIO DESIGN INDÚSTRIA METALMECÂNICA DEBATE TENDÊNCIAS E INOVAÇÃO EM NOVA FRIBURGO

Os desafios da indústria, inovação, novas tecnologias e processos de produção foram alguns temas em pauta no Rio Design Indústria Metalmeccânica, realizado pelo Sistema FIRJAN em Nova Friburgo. O evento integrou o Seminário de Inovação e Competitividade, promovido pelo Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Nova Friburgo (Sindmetal) com apoio da Federação.

A palestra de abertura do Rio Design Indústria foi sobre a "Quarta Revolução Industrial", que trata da conexão de máquinas, sistemas e pessoas aos processos industriais através da digitalização. O conceito alemão de Indústria

4.0 foi apresentado por José Borges Frias Júnior, executivo da Siemens do Brasil. "É necessário que a tecnologia disponível hoje no mercado proporcione o máximo de ganhos em produtividade e competitividade, e de maneira interligada, usando o melhor do mundo real e do mundo virtual a esse favor. Temos que otimizar processos de produção por meio de simulações, por exemplo", disse.

Alexandre Drummond, executivo de design da Electrolux, falou sobre como o estudo de comportamento e consumo interfere no desenvolvimento de produtos da empresa. O evento contou também com palestras do consultor de

design e inovação Mario Fioretti e da agência de design Questto/Nó.

Na avaliação de Claudio Tângari, presidente do Sindmetal, foram abordados temas estratégicos para o futuro da indústria metalmeccânica fluminense. "Conseguimos, com o apoio da FIRJAN, promover um debate amplo sobre temas que influenciam a competitividade industrial, como os impactos da Norma Regulamentadora nº 12, Produção Mais Limpa e automação industrial", ressaltou ele, que também é diretor da MHS. O Seminário de Inovação e Competitividade aconteceu entre 20 e 22 de outubro, no SENAI Espaço da Moda.

FAÇA PARTE DA AÇÃO EM DEFESA DO SESI E DO SENAI.

O governo anunciou que pretende se apropriar de 30% dos recursos do SESI e do SENAI. Além de inconstitucional, mexer no SESI e no SENAI é mexer com a educação, com a cultura, com o direito dos trabalhadores da indústria, com o desenvolvimento do Rio e do país. É mexer com todo mundo.

ACESSE E PARTICIPE DO ABAIXO-ASSINADO.
www.firjan.com.br/defesasesisenai

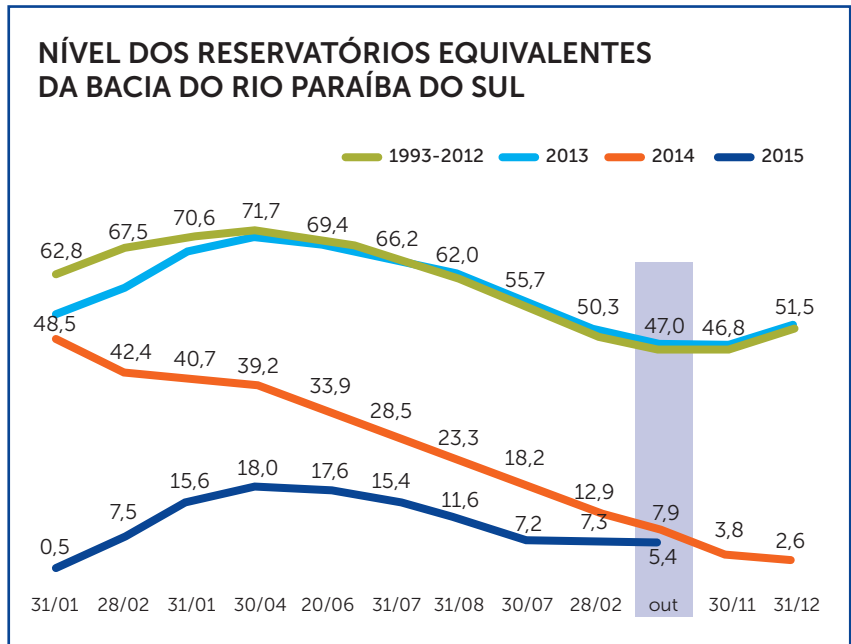
**MEXEU COM
SESI E SENAI
MEXEU COM VOCÊ,
MEXEU COMIGO,
MEXEU COM
TODO MUNDO.**

SISTEMA FIRJAN PROPÕE OITO AÇÕES PARA A SEGURANÇA HÍDRICA DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO

Medidas que viabilizem a operação de novas fontes de abastecimento para a Região Metropolitana do Rio – hoje dependente da bacia do Rio Paraíba do Sul – são o caminho para diminuir os riscos de uma severa crise hídrica atingir o estado do Rio no futuro. A sugestão é resultado do estudo “Diretrizes para o aumento da segurança hídrica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ)”, encomendado pelo Sistema FIRJAN para a equipe de especialistas que construiu o Plano Estadual de Recursos Hídricos. Entre as fontes alternativas apresentadas está a dessalinização, o aproveitamento de pequenos mananciais e o reúso dos recursos hídricos gerados nas Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs).

São apresentadas oito propostas para mudar o cenário de incertezas dos próximos anos, decorrentes da restrição no abastecimento de água. As ações consideram o adensamento populacional e industrial dos 21 municípios da região e sua importância econômica para o estado do Rio.

A Região Sudeste enfrenta atualmente a terceira crise hídrica na Bacia do Paraíba do Sul – as anteriores foram em 1954/1955 e entre 2001 e 2003. “Que vai haver um quarto período de crise, temos certeza, por conta de mudança climática, mas ninguém tem como precisar quando. Esse conjunto de ações visa apresentar ao poder público um leque de alternativas para enfrentar os próximos períodos de restrição”, explica Jorge Peron, especialista em Meio Ambiente do Sistema FIRJAN.



Fonte: FIRJAN, com dados da Agência Nacional de Águas (ANA)

“O retorno do investimento realizado deve considerar principalmente os ganhos ambientais”

Marcos Pereira
Superintendente da Casa da Moeda do Brasil

VISÃO DE LONGO PRAZO

Segundo Peron, toda a lógica de abastecimento de água e de gestão do saneamento foi avaliada, considerando a expectativa da demanda urbana e industrial até o ano de 2035. O objetivo foi encontrar ações que diminuam as fragilidades existentes hoje na oferta, na distribuição e no saneamento para fazer frente a crises futuras.

Nesse período, o estudo estima aumento de 18% na demanda de consumo urbano de água e de 48% da indústria. Destaca-se que, se nada for feito, a projeção é de falta d’água em 2035, quando a demanda para o consumo urbano será superior à oferta projetada.

O especialista lembra que na estiagem anterior, no início dos anos 2000, muitos estudos foram realizados apontando soluções para o problema. Porém, quando voltou a chover em meados de 2003, todos os projetos foram engavetados. “Nossa intenção é que a gestão da água faça parte de uma agenda de longo prazo, que garanta água com qualidade e em quantidade para manter o desenvolvimento do estado”, disse.

BONS EXEMPLOS DA INDÚSTRIA
Devido à estiagem, nos últimos dois

anos, 56% das empresas adotaram medidas para diminuir o consumo de água, o que representou redução média de 25,6% no consumo, de acordo com uma pesquisa divulgada pela FIRJAN no início do ano.

Um exemplo é a Saint-Gobain Canalização, com sede em Barra Mansa, que mantém um sistema que reutiliza cerca de 90% do volume captado do Rio Paraíba do Sul. A empresa capta e trata a água poluída, e a usa em seus processos. Depois, trata novamente antes de devolvê-la ao rio. "Zelar pela água é um dos nossos compromissos",

afirma David Molho, diretor geral da multinacional.

Outro caso de sucesso é a Casa da Moeda do Brasil, que já recebeu consultoria do Instituto SENAI de Tecnologia (IST) Ambiental sobre a metodologia Produção Mais Limpa (P+L) e vem adotando diversas medidas. A empresa reutiliza cerca de 90% da água consumida no processo de limpeza de cilindros utilizados nos processos gráficos, gerando economia de cerca de 29 milhões de litros/ano, com redução de custo na ordem de R\$ 800 mil. "O retorno do investimento

realizado deve considerar não só o aspecto financeiro, mas os ganhos ambientais e a redução do risco de falta desse recurso no caso de um possível racionamento", enfatiza Marcos Pereira, superintendente do Departamento de Meio Ambiente e Qualidade.

O estudo será apresentado em 26 de novembro, na sede da Federação, no evento de encerramento do 3º Ciclo de Palestras em Gestão Ambiental para Micro e Pequenas Empresas (MPes). O documento está disponível no [link](http://goo.gl/3UcPD6) <http://goo.gl/3UcPD6>.

CONHEÇA AS PROPOSTAS DA FIRJAN



Implementação dos projetos de ampliação da produção de água tratada em todos os sistemas públicos de abastecimento.



Aceleração das ações de saneamento, visando a expansão de 63% para 90% do atendimento da rede coletora de esgoto e de 37% para 70% do tratamento.



Medidas paliativas e emergenciais para desvio das águas dos rios Poços, Queimados e Ipiranga para um ponto depois da captação da Estação de Tratamento de Água (ETA) Guandu.



Incentivo do poder público para novas fontes de abastecimento:

- exploração de águas subterrâneas com perfuração de poços;
- aproveitamento de pequenos mananciais com a implantação de reservatórios;
- implantação de projetos de dessalinização da água do mar;
- reúso da água gerada pelas Estações de Tratamento de Esgoto (ETE).



Cumprimento do recente acordo firmado entre os estados do Rio, Minas Gerais e São Paulo e a Agência Nacional de Águas (ANA), que determina vazão constante de 190m³/s em Santa Cecília (Rio Paraíba do Sul).



Controle sobre a expansão urbana e o disciplinamento das atividades que comprometem a qualidade ambiental e causam a degradação dos recursos hídricos.



Incentivo a pesquisa, produção e comercialização de equipamentos hidráulicos certificados em relação ao menor consumo.



Controle e redução de perdas físicas dos sistemas públicos de abastecimento.

PRESIDENTE DA FIRJAN DEFENDE INVESTIMENTO EM PETRÓLEO DURANTE CONGRESSO BRASILEIRO DE ENERGIA

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, presidente do Sistema FIRJAN, defendeu o investimento massivo na exploração das reservas de petróleo para gerar recursos para o Brasil nos próximos anos. Em discurso feito na abertura do XVI Congresso Brasileiro de Energia (CBE), Gouvêa Vieira alertou que a dinâmica da economia mundial aponta para uma queda no uso da *commodity* a longo prazo.

“Sabemos que a Era do Petróleo vai acabar antes da molécula de petróleo. E antes de terminar o volume, evidentemente que os preços vão cair, porque a demanda vai diminuir”, disse o presidente. Ele frisou que o potencial da fonte de energia deve ser aproveitado antes que esse cenário se concretize. “É unânime que grande parte das reservas está conosco, debaixo do mar, no pré-sal. E nós, brasileiros, devemos retirar o petróleo o mais rápido possível e distribuir essa riqueza para a sociedade”, afirmou.

Luiz Pinguelli Rosa, presidente do CBE, ressaltou a importância da energia para o crescimento econômico do país. “Nossa obrigação é encontrar um destino para o país que permita recuperar os trilhos do desenvolvimento da última década e melhorias da condição de vida da população. A questão da energia tem tudo a ver com isso”, avaliou.

José Carvalho Neto, presidente da Eletrobrás, destacou as características que tornam o Brasil um dos países com maior



Gouvêa Vieira participou da abertura do XVI Congresso Brasileiro de Energia

capacidade energética. “Além de hidrelétricas, nós temos potencial em energia eólica e a terceira maior reserva de urânio do mundo. Temos todas as condições e muito o que melhorar em termos de uso da energia”, explicou.

DIVERSIFICAÇÃO DE FONTES

Luis Guimarães, diretor de Energia da Light, ressaltou que a evolução do setor passa pela diversificação das fontes. “Devemos pensar no que precisamos fazer para não perder a oportunidade de inserilas de maneira sustentável e de forma que haja uma regulação clara sobre seus custos e produção”, disse.

Maurício Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), apresentou

um planejamento para o setor nos próximos anos e as expectativas para o 23º leilão de energia nova, que ocorrerá em 2016. “Foram cadastrados 1.055 projetos, tornando esse leilão um recorde mundial”, disse Tolmasquim.

Com o tema Otimização da Produção e do Uso da Energia, o congresso debateu ainda questões como a integração energética na América Latina e o futuro dos novos negócios para a energia no Brasil. Com apoio institucional do Sistema FIRJAN, o CBE é organizado pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ). O evento aconteceu entre 20 e 22 de outubro, na sede da Federação.

FÓRUM EMPRESARIAL DE DEFESA E SEGURANÇA AVALIA OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS PARA A INDÚSTRIA FLUMINENSE

A reestruturação da Base Industrial de Defesa (BID) e as oportunidades de negócios com a Marinha do Brasil foram os temas da reunião do Fórum Empresarial de Defesa e Segurança, em 22 de outubro, na sede do Sistema FIRJAN. O coronel da Força Aérea José Augusto Amaro, do Departamento de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa (Deprod/MD), explicou o cenário atual da BID. Amaro destacou aspectos que enfraqueceram essa base e propôs soluções para o desenvolvimento do setor.

“A política de defesa é inseparável do desenvolvimento. Temos que pensar o país de forma estratégica. Para isso, é preciso que haja financiamento para a indústria da defesa, a fim de viabilizar o investimento em pesquisa”, destacou Amaro.

O primeiro passo já foi dado pelo Deprod. Membros do departamento elaboraram um projeto que trata do fomento às Empresas Estratégicas de Defesa (EED), conforme previsto na Lei Nº 12.592/2012. O documento foi enviado ao Fórum, para contribuição de empresários e técnicos, a fim de alinhar a proposta com as reais necessidades.

“É uma iniciativa muito importante. A indústria de defesa precisa de financiamento. Nós temos um processo diferenciado de fabricação e de aprovação dos produtos. Somos acompanhados pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas. No atendimento aos clientes, aqui no Brasil, o faturamento leva de 60 a 120 dias”, explicou Carlos Erane de Aguiar, coordenador do Fórum, que, em novembro, será elevado à condição de Conselho Empresarial.



Vinicius Magalhães

O coronel José Augusto Amaro apresentou a Base Industrial da Defesa

“A política de defesa é inseparável do desenvolvimento”

José Augusto Amaro
Coronel da Força Aérea Brasileira
Deprod/MD

PARCERIA

O contra-almirante José Renato de Oliveira, coordenador da Manutenção de Meios da Marinha do Brasil, destacou a importância do evento. Para Oliveira, o foco nas contratações da Marinha deve ser direcionado para o ciclo de vida das embarcações, com destaque para a manutenção, e as Forças Armadas querem criar procedimentos uniformes. Por isso a integração com a indústria é tão importante: “O custo de manutenção das embarcações é quatro vezes o valor de compra do equipamento. As oportunidades que a Marinha

oferece são inúmeras. É fundamental para isso fazermos essa interação: a indústria fluminense precisa conhecer as necessidades da Marinha e vice-versa. Temos no Rio navios, fragatas e corvetas. Então, há uma gama enorme de possibilidades para a indústria do estado do Rio fornecer produtos para a Marinha do Brasil”, afirmou.

Segundo Nicolau Sebastião, diretor da SKM Eletroeletrônica, é impossível desenvolver qualquer setor sem conhecer os parceiros que integram a cadeia produtiva. O empresário destacou a relação com a Marinha como fundamental para a sua empresa de automação.

“Essa integração é um grande ganho. Poder conhecer os parceiros, as expectativas e propostas. A SKM tem 23 anos no mercado e é fruto de uma política da Marinha que privilegiou a transferência de tecnologia para sistemas de supervisão e controle da parte de propulsão. Essa política é muito semelhante à que temos hoje de conteúdo local”, afirmou.

PAPEL DA TECNOLOGIA NO SETOR JOALHEIRO É TEMA DE SEMINÁRIO

Em parceria com o Sistema Ajourio e apoio do Sebrae, o Sistema FIRJAN promoveu o II Seminário Atualização Tecnológica e o Setor de Joias e Bijuterias. O evento reuniu lideranças empresariais para discutir os caminhos e desafios para inovar no segmento.

Na ocasião, foi lançada a cartilha empresarial do SENAI "Processos e Boas Práticas do Setor de Joias", que orienta o setor para padronizar processos, tornando o mercado nacional mais competitivo. O estudo compila uma base sólida de conhecimento sobre os processos usados e incorpora inovações como tecnologia 3D e prototipagem rápida. "Esse seminário é uma oportunidade para debater conteúdos primordiais para incentivar o empreendedorismo. O estudo tem foco na qualificação profissional", afirmou Angela Costa, vice-presidente da FIRJAN.

Carla Pinheiro, presidente da Ajourio, destacou que, apesar do momento de crise econômica, é possível encontrar alternativas para crescer e se diferenciar no mercado. "Inovar é fundamental na

situação em que o país se encontra. É em momentos como esse que as empresas mais ágeis e criativas têm chance de se destacar", disse Carla, também diretora do Sindicato das Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas do Estado do Rio de Janeiro (Sindijoias-RJ). Ela ressaltou ainda o apoio da FIRJAN no desenvolvimento da cadeia produtiva joalheira.

FÓRUM IEL

O evento incluiu o Fórum IEL de Gestão Empresarial, que apresentou a filosofia *lean* às empresas do setor, com exemplos de bons resultados na redução de desperdício e aumento de lucratividade. Também foi discutido o papel da inovação e as mudanças de *mindset*, conceito que envolve a forma de pensar como determinante para o sucesso dos negócios. Expositores de tecnologia também participaram com inovações em máquinas e processos. O seminário aconteceu em 23 de outubro, na sede da FIRJAN. A cartilha completa "Processos e Boas Práticas do Setor de Joias" está disponível para *download* gratuito em <http://migre.me/rW4F>.



Carla Pinheiro destacou a importância do apoio do Sistema FIRJAN ao setor de joias

PRÊMIO ABERJE BRASIL 1999-2000
PRÊMIO ABERJE RIO 1999-2000-2001
Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Presidente:

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

1º Vice-presidente FIRJAN:

Carlos Mariani Bittencourt

2º Vice-presidente FIRJAN:

Carlos Fernando Gross

1º Vice-presidente CIRJ:

João Lagoeiro Barbará

2º Vice-presidente CIRJ:

Antonio César Berenguer Bittencourt Gomes

1º Diretor Secretário - FIRJAN:

Armando Brasil Salgado

1º Diretor Secretário - CIRJ:

Mauro Ribeiro Viegas Filho

1º Diretor Tesoureiro - FIRJAN:

Abílio Moreira Mendes

1º Diretor Tesoureiro - CIRJ:

Sérgio Kunio Yamagata

CONSELHOS EMPRESARIAIS

Assuntos Legislativos: José da Rocha Pinto

Assuntos Tributários: Sergei da Cunha Lima

Economia: José Mascarenhas

Energia Elétrica: Sérgio Gomes Malta

Gestão Estratégica para

Competitividade: Angela Costa

Indústria da Construção:

Roberto Kauffmann

Infraestrutura: Mauro Ribeiro Viegas Filho

Jovens Empresários: Poliana Silva

Meio Ambiente: Isaac Plachta

Política Social e Trabalhista:

José Arnaldo Rossi

Petróleo e Gás: Armando Guedes Coelho

Presidentes de Conselho das

Representações Regionais:

Rubens Muniz

Relações Internacionais:

Luiz Felipe Lampreia

Responsabilidade Social: Luiz César Caetano

Tecnologia: Fernando Sandroni

FÓRUMS EMPRESARIAIS

Agroindústria: Francisco Muniz

Areia e Brita: Rogério Moreira Vieira

Cosméticos e Perfumaria:

Celso Dantas Aguiar

Defesa e Segurança: Carlos Erane de Aguiar

Moda: Oskar Metsavaht

Rochas Ornamentais: Mauro Varejão

CARTA DA INDÚSTRIA é uma publicação do SISTEMA FIRJAN

Assessoria de Imprensa: Lorena Storani

Insight Comunicação

Editor Geral: Coriolano Gatto

Editor Executivo: Kelly Nascimento

Editor Adjunto: João Perido

Redação: Denise Almeida, Janaina Salles,

Nathalia Curvelo e Sílvia Noronha

Revisão: Geraldo Pereira e Paulo Barros

Fotografia: Antonio Batalha,

Fabiano Veneza e Guarim de Lorena

Projeto Gráfico: DPZ

Design e Diagramação: Paula Barrenne

Produtor Gráfico: Ruy Saraiva

Impressão: Arte Criação

SISTEMA FIRJAN/CIRJ

Avenida Graça Aranha 1

CEP: 20030-002 - Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2563-4455

www.firjan.org.br

OFICINA REÚNE ESPECIALISTAS PARA DEFINIR O ZONEAMENTO ECONÔMICO ECOLÓGICO DO ESTADO DO RIO

A Lei Nº 5067, de julho de 2007, foi criada para definir os critérios de implantação do Zoneamento Econômico Ecológico do Estado do Rio de Janeiro (ZEE/RJ). O governo está na fase de conclusão do mapeamento das regiões fluminenses com possibilidade de expansão urbana, econômica e social, com base em critérios ambientais e das atividades produtivas. Para avançar na elaboração do mapa final, especialistas em meio ambiente e representantes do Sistema FIRJAN, de comitês e secretarias de estado reuniram-se na 2ª Oficina de Trabalho do ZEE.

“O zoneamento é importante para a indústria, pois teremos um

documento oficial do estado com a indicação das fronteiras territoriais de expansão econômica do Rio”, explicou Jorge Peron, especialista em Meio Ambiente da Federação.

De acordo com João Batista, superintendente de Planejamento Ambiental e Gestão Ecosistêmica, da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), a parceria com o Sistema FIRJAN é fundamental. “O governo acredita que o Zoneamento Econômico Ecológico tem potencial para beneficiar o estado do Rio como um todo. Por isso, é fundamental o diálogo com a FIRJAN, que representa o setor produtivo fluminense”, ressaltou Batista, que

também coordena o ZEE. O governo realizará mais uma oficina em novembro, além de dez consultas públicas em cidades das nove regiões hidrográficas do estado até o fim do ano. As consultas serão em Itaperuna, Campos dos Goytacazes, Macaé, Cabo Frio, Nova Friburgo, Teresópolis, Duque de Caxias, Angra dos Reis, Volta Redonda e Itaguaí.

Segundo Batista, há uma grande expectativa com a participação empresarial. “O importante é que os empresários estejam presentes. Nossa ideia é tentar se aproximar ao máximo da realidade local”, destacou. A reunião foi realizada em 15 de outubro, na sede do Sistema FIRJAN.



9º SEMINÁRIO DE EMPREENDEDORISMO IEL

REDES EMPREENDEDORAS

27 NOVEMBRO

8H30 ÀS 20H

SEDE DO SISTEMA FIRJAN:
AV. GRAÇA ARANHA, 1 – CENTRO.

Venha debater as diversas facetas do empreendedorismo, o cenário político e econômico atual e troque experiências sobre educação, inovação, economia colaborativa e oportunidades em tempos de crise. Inscrições abertas.

Acesse www.firjan.com.br/empreendedorismo e garanta a sua vaga. Evento gratuito. Vagas limitadas.



Parte integrante do:



SISTEMA FIRJAN E FIESP LANÇAM NO RIO CAMPANHA CONTRA AUMENTO DE IMPOSTOS



Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira e Paulo Skaf: ação conjunta contra elevação de tributos no Brasil

A Praia de Copacabana foi o cenário para o lançamento da campanha “Não Vou Pagar o Pato”, contra o aumento de impostos. A iniciativa é do Sistema FIRJAN e da FIESP, que colocaram nas areias um pato inflável de 12 metros, símbolo da campanha, e distribuíram dois mil patinhos aos participantes.

O presidente da FIRJAN, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, ressaltou a importância da iniciativa. Para ele, a volta da CPMF seria um desastre. “Não podemos aceitar a CPMF nem qualquer aumento de impostos, principalmente neste momento em que a população e as empresas já enfrentam graves dificuldades. Isso só agravaria a crise”, disse.

Ele ressaltou que a carga tributária brasileira já ultrapassou o limite do razoável. “Está na casa dos 40% do PIB. A solução para o problema das contas públicas não passa por aumento de tributação, e sim pela redução de gastos, e também por um forte programa de privatizações que, segundo nossos estudos, tem potencial de gerar um caixa de 4% do PIB”, acrescentou Gouvêa Vieira.

Segundo o presidente da FIESP, Paulo Skaf, o objetivo é envolver toda a sociedade na campanha. “Vamos andar com este pato pelo Brasil todo. O governo precisa



Empresários fluminenses de diversos setores produtivos aderiram à campanha, em Copacabana

cutar seus gastos, seus desperdícios, gastar melhor. O Brasil precisa que o governo pare de atrapalhar. Ajuste fiscal significa acertar as contas”, afirmou.

Para Luiz Césio Caetano, presidente da Representação Regional FIRJAN/CIRJ no Leste Fluminense, a campanha é importante para mobilizar a população contra o aumento de impostos: “A alta carga tributária vigente no Brasil impacta a sociedade como um todo. Nada mais justo do que nos unirmos nessa defesa do país”, disse ele, que também preside o Sindicato da Indústria de Refinação e Moagem de Sal do Estado do Rio de Janeiro (Sindisal).

MANIFESTO

O objetivo da campanha é conscientizar a sociedade sobre os altos impostos já pagos em produtos e serviços e evitar novo aumento da carga tributária – por exemplo, com a volta da CPMF, proposta pelo governo federal. Na internet (www.naovoupagaropato.com.br), até a última semana de outubro, “Não Vou Pagar o Pato” recolheu mais de 885 mil assinaturas. A meta é atingir mais de um milhão, que serão encaminhadas ao Congresso Nacional. O ato em Copacabana foi realizado em 25 de outubro.

INFORME JURÍDICO

Ano XVI nº 711

30 de outubro a 12 de novembro de 2015

JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO COMPÕEM BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) firmou o entendimento de que incidem as contribuições ao PIS e Cofins sobre os valores que as empresas destinam a seus acionistas a título de juros sobre o capital próprio (JCP). Por maioria, a Primeira Seção seguiu o voto do ministro Mauro Campbell Marques, mantendo posição que vai ao encontro dos interesses da Fazenda Nacional.

O entendimento da Seção impossibilita a exclusão dos valores relativos a JCP da base de cálculo das contribuições ao PIS e Cofins na vigência da Lei 10.637/02 e da Lei 10.833/03, de forma a permitir a benesse apenas quando da vigência da Lei 9.718/98. O julgamento se deu pelo rito dos recursos repetitivos (tema 454). A tese servirá como referência para as demais instâncias da Justiça na análise de processo com o mesmo tema.

DEFINIÇÃO

A Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e a contribuição ao PIS/Pasep (Programa de Integração Social/ Programa de Formação

do Patrimônio do Servidor Público) têm como fato gerador o faturamento mensal, isto é, o total de receitas obtidas pela empresa, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.

Para reivindicar a não incidência das contribuições, as empresas vinham sustentando que deveria ser aplicada a regra (Lei 9.249/95) que permite a dedução dos valores dos JCP do lucro real (base de cálculo do Imposto de Renda). Disseram, também, que a natureza jurídica desses valores seria a de lucros e dividendos e que, portanto, não comporiam a base de cálculo do PIS e da Cofins.

JURISPRUDÊNCIA

Em seu voto, o ministro Campbell explicou que os JCP são destinações do lucro líquido, a exemplo dos lucros e dividendos, mas a legislação tributária os trata de maneira distinta, o que demonstra a diferença da sua natureza jurídica.

Para o ministro, ainda que se diga que os juros sobre o capital

próprio não constituam receitas financeiras, "não é possível simplesmente classificá-los para fins tributários como 'lucros e dividendos' em razão da diferença de regimes aplicáveis".

O ministro entende que, para alcançar a isenção do crédito tributário, a exclusão dos juros sobre o capital próprio da base de cálculo das contribuições deveria ser explícita, como ocorre com o Imposto de Renda na Lei 9.249/95, pois se interpreta de forma literal tais disposições, nos termos do artigo 111 do Código Tributário Nacional.

Seguiram o voto do ministro Campbell os ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Assusete Magalhães, Sérgio Kukina, e o desembargador convocado Olindo Menezes. Em sentido contrário, pela não incidência das contribuições sobre os JCP, votaram os ministros relator Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves e Regina Helena Costa.

Fonte: STJ REsp 1200492

TERCEIRA TURMA RECONHECE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE EM EXECUÇÃO PARALISADA POR FALTA DE BENS PENHORÁVEIS

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aplicou a prescrição intercorrente em execução ajuizada por instituição financeira e suspensa por 13 anos por inexistência de bens penhoráveis dos devedores. A decisão altera jurisprudência em sentido contrário ao da que vinha sendo aplicada desde o início da década de 90.

Em 1963, o Supremo Tribunal Federal (então competente para uniformizar a interpretação da lei federal) editou a Súmula 150, estabelecendo que a execução prescreve no mesmo prazo de prescrição da ação. Com o advento da Constituição de 1988, a competência de uniformizar a interpretação da lei federal foi atribuída ao STJ.

No âmbito desta corte, após intenso debate entre os ministros em sessão ocorrida em 1993, prevaleceu a tese de que a Súmula 150 do STF seria inaplicável na hipótese de execução

suspensa por ausência de bens penhoráveis. Dessa forma, seria necessária prévia intimação do credor antes de se proclamar a prescrição intercorrente. Esse entendimento tem prevalecido, desde então, nas duas turmas de direito privado.

ALTERAÇÃO

O ministro Paulo de Tarso Sanseverino, relator do recurso, afirmou que o entendimento anterior tinha como consequência indesejável permitir a eternização das ações de execução. Essa situação, segundo ele, não é compatível com o objetivo de pacificação social que a Justiça almeja. Por essa razão, existem os prazos prescricionais.

Além disso, o novo Código de Processo Civil, que entrará em vigor em março de 2016, previu a prescrição intercorrente em seu artigo 921, na hipótese de suspensão da execução por ausência de bens penhoráveis,

contando-se o prazo prescricional após um ano de suspensão do processo.

Segundo a turma, como o atual CPC não previu expressamente prazo para a suspensão, caberia suprir a lacuna, por meio de analogia, utilizando-se o prazo de um ano previsto no artigo 265, parágrafo 5º, do CPC e no artigo 40, parágrafo 2º, da Lei 6.830/80.

No caso, a instituição ajuizou execução de título executivo extrajudicial contra dois devedores. A execução foi suspensa em 1999 a pedido do banco por inexistência de bens penhoráveis, assim permanecendo por 13 anos. Em 2012, os devedores pediram o desarquivamento do processo e o reconhecimento da prescrição. Negado em primeiro grau, o pedido foi concedido em segunda instância sobre o fundamento de que a suspensão do processo não poderia durar para sempre. A Terceira Turma manteve essa decisão.

Fonte: STJ – REsp 1522092

JUIZ TEM DE HOMOLOGAR ACORDO ENTRE AS PARTES FEITO DEPOIS DO JULGAMENTO DA APELAÇÃO

O magistrado deve homologar acordo entre as partes litigantes em processo cujo o acórdão da apelação já tenha sido publicado, mesmo antes da ocorrência do trânsito em julgado. A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Por unanimidade de votos, o colegiado acolheu recurso de uma empresa contra decisão da Justiça do Distrito Federal, que negou a homologação do acordo. Considerou que o julgamento da

apelação encerraria a prestação jurisdicional e que o Poder Judiciário não precisa validar acordo de natureza patrimonial.

O relator do recurso, ministro Villas Bôas Cueva, discordou. Destacou que tentativa de conciliação é obrigação de todos os operadores do direito, a qualquer tempo, desde a fase pré-processual até o cumprimento de sentença, nos termos do artigo 125, IV, do Código de Processo Civil. Não há marco final para essa tarefa.

“Mesmo após a prolação da sentença ou do acórdão que decide a lide – como no caso dos autos –, podem as partes transacionar o objeto do litígio e submetê-lo à homologação judicial”, afirmou o relator.

O ministro afirmou ainda que é indispensável para a produção de efeitos processuais a homologação pelo Poder Judiciário de acordo que visa a encerrar uma disputa judicial.

Fonte: STJ REsp 1267525